

O MÁGICO

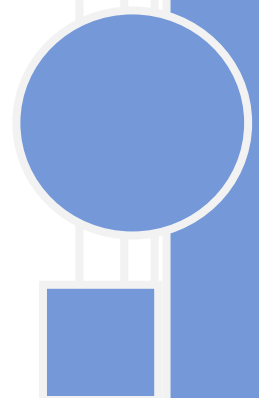
CENTRO DE APOIO SOCIAL,
CULTURAL E RECREATIVO



RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO 2015

Giesteira

01 de março de 2016



RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO RELATIVO AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Nos termos do n.º 1 do artigo 39º e dando cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 39º dos Estatutos do “Mágico”, através do presente relatório de gestão, vem esta assembleia, dar conhecimento aos sócios de alguns aspetos que considera mais relevantes relacionados com a atividade desenvolvida no exercício que terminou em 31 de dezembro de 2015.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA INSTITUIÇÃO

1. Evolução

A atividade da instituição decorreu de forma satisfatória durante o exercício que terminou em 31 de dezembro de 2015.

O atual contexto recessivo, que tem afetado de forma significativa a economia europeia em geral e o nosso país em particular não permite perspetivar que as condições melhorem no ano de 2016. A brutal sobrecarga fiscal imposta às famílias portuguesas e a consequente quebra de rendimento disponível tem um impacto relevante nas formas e meios de apoio às instituições de caráter social como O Mágico.

Esta direção confirmou isso mesmo, no decorrer do ano de 2015 em que se verificou atividade plena do centro social. Percebendo que a operacionalidade da instituição dependeria diretamente dos níveis de ocupação, promoveram-se diligências extraordinárias no sentido de captar utentes para alcançar aqueles níveis, diligências que viriam a revelar-se fundamentais para uma plena otimização de recursos em algumas valências. Prova disso é o facto de se ter atingido maior Taxa de Ocupação em 2015 em todas as valências, à exceção da Creche, do que estava previsto no Orçamento para 2015.

A economia do terceiro setor, na qual se posiciona esta instituição, é profundamente afetada por estas condições difíceis, não apenas pelas dificuldades das famílias como já destacado, mas também pelo deficiente apoio por parte das entidades públicas que se socorrem de instituições como O Mágico para proverem à população serviços sociais que seriam da sua responsabilidade. Este deveria ser o princípio orientador do estado, para jamais falhar com os apoios prometidos, programados e necessários ao bom funcionamento do setor. Referimo-nos obviamente aos prometidos apoios que, além de serem à partida insuficientes para uma resposta social condigna, os que nos são atribuídos, são recebidos em prazos inconcebíveis. Em 2016, esta direção continuará a fazer o que sempre fez: trabalhar com os meios privados de que dispõe e tentar atrair mais apoio privado em prol dos objetivos nobres desta instituição.

Modestamente, julgamos que é precisamente neste contexto negativo que poderemos tornar visível o papel que O Mágico poderá desempenhar na comunidade local. A linha estratégica da instituição aponta para uma ação cada vez mais interventiva nas necessidades sociais da comunidade. Para tal, pretende-se que o ano de 2016 seja um ano de consolidação de objetivos, agora que o centro social está em condições de fornecer uma resposta à altura. Dar-se-á continuidade ao aperfeiçoamento de métodos e processos operacionais internos, sempre visando a melhoria na prestação de serviços de qualidade ao utente. Neste âmbito, a interação com as famílias dos utentes será uma preocupação constante, no sentido de humildemente respeitar e considerar críticas que serão sempre bem-vindas.

Estamos certos de que os meios humanos que estão a ser formados fornecerão esta resposta. Apesar da conjuntura desfavorável, esta direção continuará a manter uma forte atitude positiva. No bom sentido, os ambiciosos objetivos para 2016 são um reflexo desse sentimento.

2. Objetivos estratégicos

Desde a sua gênese, O Mágico mantém o propósito de prestar serviços de índole social às populações locais (Declaração Ministério da Solidariedade e Segurança Social – Diário da República III série nº 201 – 30-08-1996, página 15208). Os lugares de Giesteira, Maçoida e Rio Covo puderam testemunhar a concretização plena dos objetivos que sempre nortearam todas as decisões das várias direções desta instituição. Com efeito, a conclusão a sede do centro social constitui um marco importantíssimo na história do Mágico, materializando o esforço e empenho de todos os que sempre creram na viabilidade dum verdadeiro projeto social para as comunidades envolvidas. No entanto este projeto não está concluído. O centro social, proporciona uma dimensão completamente diferente da estrutura operacional que vinha funcionando nos últimos anos, necessariamente alguns ajustes tiveram que ser levados a cabo. Os objetivos essenciais mantêm-se. Contudo, para que as respostas continuem a ser proporcionadas com o nível desejável e de modo a se puder aumentar a capacidade de resposta à comunidade torna-se evidente que a ampliação da sede é o próximo passo.

3. Gabinete de Apoio a Programas (GAP)

Continuamos a registar de forma lamentável o deficiente apoio público decorrente dos atrasos em relação à atribuição de verbas provenientes do Gabinete de Apoio a Programas (GAP). Nesta fase, teria sido importantíssimo que os 16.472,04€ a que a instituição tem direito fossem transferidos, possibilitando uma implementação de estratégias muito mais suave e eficaz.

4. Donativos

Em resposta ao enorme esforço de divulgação e sensibilização que tem vindo a ser desenvolvido por esta direção, o montante de donativos voluntários no decorrer do exercício de 2015 continuou a registar valores que consideramos razoáveis. O total de 26.752,50 € de donativos no decorrer de 2015 é um reflexo da excelente campanha de angariação de fundos

e consubstancia a importância que a comunidade atribuiu a este projeto. Todos os fundos conseguidos têm sido canalizados para as valências do centro social.

5. Fundo Socorro Social

Assim, ainda em 2014 a instituição formalizou a subscrição do Fundo de Socorro Social (FSS) que se destina exatamente a socorrer instituições que esteja numa situação de dificuldade financeira, como é o caso do Mágico. Perante os dados apresentados, e nos termos legais, O Mágico submeteu requerimento bem como documento de instrução do pedido FSS no montante global de 400.000,00 €. Deste montante a instituição foi contemplada com a atribuição de uma verba de 170.000,00€.

No entanto, esta verba mostra-se insuficiente para fazer face aos inadiáveis e vultuosos compromissos de curto prazo assumidos pela instituição, nomeadamente com os credores institucionais, credores particulares e fornecedores de investimento. Assim a instituição formalizou novo pedido de Fundo de Socorro Social no valor de 230.000,00€, no sentido de obter apoio na aquisição de duas viaturas e apoio para equilíbrio financeiro. Em dezembro de 2015, a instituição obteve diferimento relativamente ao pedido de apoio na aquisição de uma viatura para transporte de pessoas idosas c/ plataforma e uma viatura ligeira de mercadorias para o serviço de apoio ao domicílio.

6. Atividades e iniciativas realizadas no decorrer de 2015

No decorrer do exercício em apreciação “O Mágico” continuou com as habituais iniciativas para angariação de fundos para o novo centro social:

- Cantar os Reis;
- Almoço Porco Cevado;
- Participou em feiras locais – Agitágueda e Feira dos Saberes e dos Sabores
- Organizou o 7ª passeio de Cicloturismo;
- Dinamizou um passeio pedestre;
- Celebrou o Magusto;
- 21º Aniversário do Mágico e Celebração do Almoço de Natal.

A Instituição fez um esforço acrescido pela manutenção de conteúdos do site na internet, dado que hoje em dia a maioria da informação é transmitida por este meio.

Protocolou parceria com a Câmara Municipal de Águeda com vista a garantir o transporte dos alunos das Escola Primária Fernando Caldeira e Chãs, residentes nos lugares da Giesteira e Vale Domingos.

Deu continuidade ao Jornal “A MAGIA DAS LETRAS”, trimestral, com o contributo da Direção e de todos os funcionários e utentes, espelhando artigos, crónicas, opiniões, receitas, canções, visitas e assuntos da atualidade.

Continuou a integrar o antigo Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, PCAAC, que é agora o Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados (FEAC), enquanto entidade beneficiária e mediadora.

Procedeu à admissão de quadro administrativo para apoio à Direção.

Manteve a parceria com a Universidade de Aveiro.

Aproveitou candidaturas que estavam ao nosso alcance, da CMA, CRSS, IEFP, entre outras.

Intensificou a pressão junto da Construtora Marvoense, por causa das inúmeras irregularidades que existem na construção, nomeadamente infiltrações de água e outras.

Iniciou o estudo da viabilidade para ampliação da sede do centro social.

FATOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorrerem fatos relevantes após o termo do período de 2015 que influenciem as demonstrações financeiras.

EVOLUÇÃO PREVISIVEL DAS ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES DA INSTITUIÇÃO

A consistência na resposta que ‘O Mágico’ tem conseguido junto da população que serve, granjeou-lhe respeito e prestígio, que conseqüentemente se traduz em mais responsabilidade na resposta ao meio em que está enquadrada a instituição. É compreensível, portanto que esta direção esteja preocupada e empenhada na ampliação da sede do centro social, relativamente à valência de LAR (ERPD).

CRECHE, CENTRO DE DIA, APOIO DOMICILIARIO E LAR DE IDOSOS

Nesta linha de prioridades, revela-se indispensável que se concretize o aumento do número de utentes com acordo de cooperação com a Segurança Social, acelerando e otimizando o modelo de financiamento na tentativa de maximizar da melhor forma o montante de apoios financeiro para a concretização deste projeto que é “O Mágico”.

DÍVIDAS ADMINISTRAÇÃO FISCAL e CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A instituição não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A direção propõe que ao resultado líquido positivo do exercício, **227.160,46 €**, seja transferido para resultados transitados.

DOCUMENTOS ANEXOS

Do presente relatório fazem parte as seguintes peças contabilísticas de apresentação de contas: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Anexo e Relatório e Pêrecer do Conselho Fiscal.

ASSINATURAS

Giesteira, 01 de março de 2016

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

O Mágico - Centro de Apoio Social Cultural e Recreativo

BALANÇO EM 31 de DEZEMBRO DE 2015

O MÁGICO, Centro de Apoio Social C. e Recreativo
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 503353221
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1 694 160,98	1 745 246,28
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		4 097,52	5 846,44
Investimentos financeiros		235,16	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		1 698 493,66	1 751 092,72
Activo corrente			
Inventários		1 914,59	1 960,06
Clientes		30 457,62	30 351,96
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		11 992,69	9 210,49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		41 380,73	118 724,21
Diferimentos		38 681,46	38 724,91
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		67 154,05	23 643,57
		191 581,14	222 615,20
Total do activo		1 890 074,80	1 973 707,92
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		5 112,68	5 112,68
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		139 840,31	39 625,94
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		536 255,84	567 504,59
		681 208,83	612 243,21
Resultado líquido do período		227 160,46	100 214,37
Total do fundo de capital		908 369,29	712 457,58
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		586 922,96	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		586 922,96	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		38 796,79	44 719,29
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		11 024,46	6 638,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		111 810,08	917 689,07
Diferimentos		127 786,08	154 144,40
Outras contas a pagar		105 365,14	138 059,35
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		394 782,55	1 261 250,34
Total do passivo		981 705,51	1 261 250,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 890 074,80	1 973 707,92

A Direcção

O responsável

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

O Mágico - Centro de Apoio Social Cultural e Recreativo

*DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015*

O MÁGICO, Centro de Apoio Social C. e Recreativo
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte : 503353221

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		297.703,79	264.278,39
Subsídios, doações e legados à exploração		521.180,43	302.436,92
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		58.432,73	50.258,62
Fornecimentos e serviços externos		143.877,24	114.417,86
Gastos com o pessoal		318.472,86	244.422,16
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		78.718,21	75.011,91
Outros gastos e perdas		21.858,71	118,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		354.960,89	232.510,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		106.370,59	103.173,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		248.590,30	129.336,20
Juros e rendimentos similares obtidos		0,43	73,38
Juros e gastos similares suportados		21.430,27	29.195,21
Resultados antes de impostos		227.160,46	100.214,37
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		227.160,46	100.214,37

A Direção

O Responsável

ANEXO

O MÁGICO, Centro de Apoio Social C. e
Recreativo

Anexo

01 de Março de 2016

1 Identificação da Entidade

A “O MÁGICO, Centro de Apoio Social C. e Recreativo” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República nº 201, Série III, de 30 de Agosto de 1996, com sede em Rua do Curtinhal, nº 325- Giesteira. Tem como fins e atividades principais a concessão de bens, prestação de serviços e outras atividades de promoção de bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade.

Para que possa prosseguir os seus objetivos mantém em funcionamento as seguintes respostas sociais:

Creche, Centro de Dia, E.R.P.I e Serviço de Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;

Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contábilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta ou das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	40
Equipamento básico	7
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	8
Outros Ativos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não Aplicável

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta ou método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	3
Outros Ativos Intangíveis	3

3.2.5 Investimentos financeiros

Não Aplicável.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Beneméritos/doadores/associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos, doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Não Aplicável

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	73 379,78					73 379,78
Edifícios e outras construções	1 704 855,25	7 020,00				1 711 875,25
Equipamento básico	51 352,67	5 938,37				57 291,04
Equipamento de transporte	75 343,76	9 793,03				85 136,79
Equipamento administrativo	19 077,09	3 227,14				22 304,23
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	5 342,70					5 342,70
Total	1 929 351,25	25 978,54	0,00	0,00	0,00	1 955 329,79
Depreciações acumuladas						

Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	29 716,32	84 735,07				114 451,39
Equipamento básico	21 545,08	7 709,22				29 254,30
Equipamento de transporte	35 012,15	8 694,40				43 706,55
Equipamento administrativo	17 565,68	1 101,37		1 338,48		17 328,57
Equipamento Biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	5 358,11	0		15,41		5 342,70
Total	109 197,34	102 240,06	0,00	1 353,89	0,00	210 083,51

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	73 379,78					73 379,78
Edifícios e outras construções	1 711 875,25					1 711 875,25
Equipamento básico	57 291,04					57 291,04
Equipamento de transporte	85 136,79	51 070,85				136 207,64
Equipamento administrativo	22 304,23	1 919,40				24 223,63
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	5 342,70					5 342,70
Total	1 955 329,79	52 990,25	0,00	0,00	0,00	2 008 320,04
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	114 451,39	85 269,08				199 720,47
Equipamento básico	29 254,30	5 554,47				34 808,77
Equipamento de transporte	43 706,55	11 925,69				55 632,24
Equipamento administrativo	17 328,57	1 326,31				18 654,88
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	5 342,70	0,00				5 342,70
Total	210 083,51	104 075,55	0,00	0,00	0,00	314 159,06

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2014 e 2015, foram os seguintes:

Descrição	2014					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2015					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

Não Aplicável

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 235,25	6 706,70				7 941,95
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	1 235,25	6 706,70	0,00	0,00	0,00	7 941,95
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00

Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	171,55	1 923,96				2 095,51
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	171,55	1 923,96	0,00	0,00	0,00	2 095,51

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	7 941,95	546,12				8 488,07
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	7 941,95	546,12	0,00	0,00	0,00	8 488,07
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2 095,51	2 295,04				4 390,55
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	2 095,51	2 295,04	0,00	0,00	0,00	4 390,55

7 Locações

Não aplicável

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	36 210,08	586 922,96	623 133,04	791 689,07	0,00	791 689,07
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	75 600,00	0,00	75 600,00	126 000,00	0,00	126 000,00
Total	111 810,08	586 922,96	698 733,04	791 689,07	0,00	791 689,07

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	962,30	51 256,38	0,00	1 960,06	58 387,26	0,00	1 914,59
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	962,30	51 256,38	0,00	1 960,06	58 387,26	0,00	1 914,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				50 258,62			58 432,73
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	0,00	0,00

Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	293 734,29	261 563,39
Quotas e jóias	3 969,50	2 715,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,43	73,38
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	297 704,22	264 351,77

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não Aplicável

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” :

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
	536 255,84	567 504,59
Apoios do Governo		
	0,00	0,00
Total	536 255,84	567 504,59

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não Aplicável

14 Imposto sobre o Rendimento

Não Aplicável

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram, respetivamente “11” e “11”.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de “31” e em 31/12/2015 foi de “37”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	260 358,90	190 297,03
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1 750,00	11 794,40
Encargos sobre as Remunerações	54 260,97	39 179,45
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	481,46	2 368,17
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 621,53	783,11
Total	318 472,86	244 422,16

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00

Investimentos noutras entidades	235,16	0,00
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	235,16	0,00

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, nada havia divulgar.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	7 604,15	7 604,15
Utentes	22 853,47	22 747,81
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	30 457,62	30 351,96

Nos períodos de 2015 e 2014 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2015	2014
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	30 732,70
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	41 380,73	87 991,51
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	41 380,73	118 724,21

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
	38 681,46	38 724,91
Total	38 681,46	38 7924,91
Rendimentos a Reconhecer		
	127 786,08	154 144,40
Total	127 786,08	154 144,40

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	249,00	4 638,08
Depósitos à ordem	66 905,05	15 005,49
Depósitos a prazo	0,00	4 000,00
Outros		
Total	67 154,05	23 643,57

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5 112,68	0,00	0,00	5 112,68
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	39 625,94	100 214,37	0,00	139 840,31
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	567 504,59	0,00	-31 248,75	536 255,84
Total	612 243,21	100 214,37	-31 248,75	681 208,83

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	38 796,79	44 719,29
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	38 796,79	44 719,29

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	6,90
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11 992,69	9 203,59
Outros Impostos e Taxas	11 992,69	9 210,49
Total	11 992,69	9 210,49
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 962,63	0,00
Segurança Social	9 061,83	5 636,48
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	11 024,46	6 638,23

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		21 316,87		18 509,77
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		36 811,30		83 494,29
Credores por acréscimo de gastos		47 002,40		36 055,29
Outros credores		234,57		0,00
Total	0,00	105 365,14	0,00	138 059,35

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

Descrição	2015	2014
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	438 779,78	242 279,92
Subsídios de outras entidades	82 400,65	60 157,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	521 180,43	302 436,92

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	54 457,97	38 974,80
Materiais	7 750,85	13 306,06
Energia e fluidos	56 584,06	41 832,33
Deslocações, estadas e transportes	0,00	17,44
Serviços diversos	25 084,36	20 287,23
Total	143 877,24	114 417,86

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	31 056,83	37 781,20
Descontos de pronto pagamento obtidos	597,61	81,88
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	47 063,77	37 148,83
Total	78 718,21	75 011,91

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	590,76	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	21 267,95	118,48
Total	21 858,71	118,48

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21 356,27	28 967,21
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	74,00	228,00
Total	21 430,27	29 195,21
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,43	73,38
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,43	73,38
Resultados Financeiros	-21 429,84	-29 121,83

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção em 01 de Março de 2016

Giesteira, 1 de Março de 2016

O Contabilista Certificado

A Direção

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PERÍODO DE 2015



O MÁGICO - CENTRO DE APOIO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PERÍODO DE 2015

Parecer do órgão de fiscalização

Senhores Associados:

1. Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, e de acordo com os estatutos desta instituição artº 26º, artº 27º e artº 51º, o conselho fiscal submete à apreciação da assembleia geral, o seu relatório e parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015, que lhe foram presentes pela direção da instituição.

2. Durante o período de 2015, o conselho fiscal, acompanhou a atividade da instituição baseando-se na informação contabilística mensal, das verificações que realizou e dos esclarecimentos dos elementos da direção que deu a este conselho o esperado apoio ao correto funcionamento do mesmo.

3. No exercício das funções e de acordo com os estatutos, este conselho procedeu às verificações necessárias sobre a escrituração e documentação da instituição.


4. Com base nos elementos recolhidos e no resultado das verificações que este conselho realizou, damos a conhecer o parecer resultante:

Sendo que o relatório de gestão satisfaz os requisitos legais e estatutários, decidiu este conselho sugerir que sejam aprovados em assembleia o relatório de gestão da direção que inclui as seguintes peças: balanço e demonstração de resultados por natureza, respetivo anexo e proposta de aplicação do resultado líquido do período.

Relativamente à execução orçamental e com base e análise dos elementos fornecidos verificamos que apesar de no decorrer do exercício de 2015 não ter sido apresentado orçamento retificativo:

- Os gastos globais da instituição foram superiores ao valor orçamentado em cerca de 51%;
- Os rendimentos globais da instituição foram superiores ao valor orçamentado em cerca de 85%;
- O resultado líquido da instituição foi superior ao valor orçamentado em cerca de 469%.

Nada mais havendo a tratar por este conselho, o presidente propôs o encerramento da reunião, o que foi aceite pelos presentes.


O presidente do conselho fiscal


O 1º vogal


O 2º vogal